

O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO NO CONTEXTO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Alexandre de Souza Corrêa¹
Fábio Henrique P. Mendieta²

Resumo: As mudanças no contexto internacional nas últimas décadas, ocasionadas principalmente pela chamada “globalização”, trouxeram no campo das teorias do desenvolvimento econômico, novos modelos, tanto no âmbito regional como local. Esses novos modelos surgidos e discutidos dentro desta temática dizem respeito ao crescimento e seus desdobramentos para determinadas regiões, definido por pesquisadores como o “modelo de desenvolvimento endógeno”, que tem por objetivo desenvolver as potencialidades socioeconômicas de uma determinada região. Questões como concentrações e aglomerações industriais ocupam lugares centrais nas teorias de localizações industriais, assim, o modelo endógeno tem como finalidade maior desenvolver determinadas regiões ou certas cadeias produtivas - complexos agroindustriais - apresentando as maiores contribuições para a problemática das desigualdades regionais e melhores instrumentos de políticas públicas ou privadas para a melhoria de uma região ou setor. Entretanto, a preocupação desse modelo, esta cada vez mais voltada para a necessidade de um desenvolvimento harmonioso e sustentável para períodos posteriores. Porém, sabe-se que o investimento em agricultura no país ocorre de forma mais acentuada em áreas com incentivos a produção, e não busca manter o nível de renda da população regional, o que pode ser considerado como o principal aspecto a ser melhorado no modelo, combinando-se dessa forma a concentração da renda, num desenvolvimento desigual. Nesse contexto, o modelo de desenvolvimento endógeno parte do princípio de que o sistema produtivo dos países cresce e transforma-se utilizando o potencial de desenvolvimento existente nos territórios, tendo como meta final a melhoria do nível de vida da população. Podemos ressaltar que nesse modelo a dimensão territorial não é vista apenas como uma fixação espacial de processos tecnológicos e organizativos, mas também como uma localidade ou região que apresente uma configuração territorial através de um processo histórico, cultural e institucional em seu entorno econômico. A partir dessa percepção, o território aparece como uma rede de interesses de uma comunidade, o que permite ideologicamente entendê-la como um agente de desenvolvimento, interessado em manter e defender os processos de mudanças que vão se impondo. Assim entendemos que Barquero (1988)³ defendem, adicionalmente, que as cidades médias são o espaço preferido de configuração dos sistemas produtivos locais, já que nelas se concretizam as economias externas e se (re) produz as condições que favorecem a redução dos custos de transação entre as empresas e as organizações locais. O fato é que os próprios fatores locais específicos, que operam no território, em espaço nacional, dependem de fatores sistêmicos, pois eles surgem em função das necessidades de expansão do sistema capitalista. De fatores sistêmicos podemos considerar como exemplo, o processo de desenvolvimento dependente dos países do hemisfério Sul. Portanto, o processo de crescimento e transformação estrutural se dá em

¹ Professor de Economia UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e Mestrando em Geografia/UFGD-Universidade Federal da Grande Dourados. e-mail: alexandrecorrea@hotmail.com

² Professor de Economia UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, mestrando em Integração Latino Americana / UFSM – Universidade Federal de Santa Maria.
e-mail: fabiomendieta@bol.com.br

consequência de transferências de recursos das atividades tradicionais para as modernas, ou seja, do aproveitamento das economias externas e da introdução de inovações, com intuito de melhorar o bem-estar da sociedade, seja ela na cidade, na localidade ou na região. Em outras palavras, o crescimento organiza-se em torno da expansão e transformação das atividades pré-existentes, utilizando o potencial de recursos e de inovação disponíveis no território, condicionado pela estrutura social e cultural e códigos de conduta da comunidade cedida em particulares espaços. Assim, este trabalho propõe englobar as transformações na estrutura produtiva no estado de Mato Grosso do Sul, frente ao crescimento econômico, constituindo na possibilidade de expor os pressupostos teóricos e metodológicos, bem como, compreender o modelo de desenvolvimento endógeno das novas condições referentes à expansão das monoculturas da soja e da cana-de-açúcar. No novo contexto sócio-econômico mundial, vem-se aumentando o incentivo à produção de biocombustíveis, sendo o álcool produzido através da cana-de-açúcar, um produto em ascensão. A posição geográfica e o clima adequado fazem do estado uma região atrativa para as agroindústrias, sendo notável o aumento dos canaviais e a implantação de novas usinas de açúcar e álcool, e a substituição da produção agrícola de soja pela cana-de-açúcar. Dada à disponibilidade de terra, surgem então, empreendimentos no entorno dos eixos viários do estado, devido à proximidade da matéria-prima, o que se pode caracterizar com o desenvolvimento endógeno no estado, o qual, este trabalho buscará compreender algumas implicações sobre este modelo que está se pondo no estado de Mato Grosso do Sul. Desta forma, surge a necessidade de estudar os aspectos econômicos e geográficos que este novo ciclo de produção ocasionará para o estado. Assim, propõe-se discutir o desenvolvimento da agricultura capitalista brasileira, investigando algumas implicações durante o processo de inserção do capitalismo na agricultura do estado de Mato Grosso do Sul, diante de novas instalações (modernas) e aglomerativas na agropecuária do país, como a construção de complexos agroindustriais, procurando averiguar através de um referencial teórico a introdução do modo de produção moderno no campo.

Palavras Chave: Desenvolvimento Endógeno, Reestruturação Produtiva, Economias de Aglomeração e Dinâmicas Agroindustriais

1. INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento endógeno parte do princípio de que o sistema produtivo dos países cresce e transforma-se utilizando o potencial de desenvolvimento existente nos territórios, tendo como meta final a melhoria do nível de vida da população. Podemos ressaltar que nesse modelo a dimensão territorial não é vista apenas como uma fixação espacial de processos tecnológicos e organizativos, mas também como uma localidade ou região que apresente uma configuração territorial através de um processo histórico, cultural e institucional em seu entorno econômico. A partir dessa percepção, o território aparece como uma rede de interesses de uma comunidade, o que permite ideologicamente entendê-la como um agente de desenvolvimento, interessado em manter e defender os processos de mudanças que vão se impondo.

O processo de crescimento e transformação estrutural se dá em consequência de transferências de recursos das atividades tradicionais para as modernas, ou seja, do aproveitamento das economias externas e da introdução de inovações, com intuito de melhorar o bem-estar da sociedade, seja ela na cidade, na localidade ou na região. Em outras palavras, o crescimento organiza-se em torno da expansão e transformação das atividades pré-existentes, utilizando o potencial de recursos e de inovação disponíveis no território, condicionado pela estrutura social e cultural e códigos de conduta da comunidade cedida em particulares espaços.

O desenvolvimento e crescimento econômico é um tema bastante dialogado no meio acadêmico, no sentido de propor soluções a determinados problemas da economia, como por exemplo, a questão das agroindústrias no Mato Grosso do sul, sendo o objetivo de nosso estudo.

Nesse contexto, podemos identificar que a região Centro-Oeste tem importante papel no setor agrícola da produção do binômio soja/milho. Contudo, cabe destacar que o processo do modo de produção capitalista na agricultura gerou nas décadas passadas uma maior integração com a indústria, admitindo que a agricultura deixasse de estar separada do setor secundário.

Além desta primeira seção, este trabalho está dividido em mais quatro seções, sendo a segunda uma abordagem sobre alguns temas teóricos do desenvolvimento regional endógeno, para entendermos o funcionamento e a aplicação no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul. Na terceira e quarta seção, far-se-á uma abordagem sobre os aspectos e suas políticas públicas de aplicação desse modelo, entendo como um processo de reestruturação produtiva que vem ocorrendo no estado.

2. O DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO

A evolução do pensamento econômico e as mudanças no contexto internacional, principalmente nos períodos de pós-guerra, trouxeram maiores avanços na teoria econômica, buscando cada vez mais o aperfeiçoamento da teoria e por fim, trazer o desenvolvimento e o crescimento para determinadas regiões que se encontram com grandes déficits, provocados pelos principais gargalos da econômica moderna, ou setores que ainda não encontraram a modernidade.

Nesse contexto, o neoliberalismo se destaca na economia mundial, chamada de “terceira revolução industrial”⁴, baseada no *toyotismo* e baseada nas contribuições de Mergareth Tacher e Ronald Regan, onde propunham uma menor participação do governo, principalmente onde este tinha grandes participações como setores energéticos, telecomunicações entre outros).

Assim, os efeitos desse novo pensamento político-econômico vigente no período geraram mudanças nas estratégias governamentais, no sentido de um novo direcionamento das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local. Outro ponto que não podemos deixar de comentar é a influência do pensamento keynesiano nas políticas públicas, pensamento este que visava à distribuição de renda como determinante da poupança e do crescimento.

Cabe ressaltar, que nos últimos 50 anos a economia se voltou mais para o comércio internacional, impulsionando a chamada globalização e trazendo para o meio acadêmico a discussão sobre a formação de blocos econômicos e a importância de uma maior liquidez internacional dos produtos tecnológicos.

Nos anos 80 e 90, houve profundas modificações nos processos produtivos, com ascensões econômicas de novas regiões e declínios de regiões fortemente industrializadas, como comenta Benko & Lipietz (1995). Estes desequilíbrios regionais trouxeram novas formas de reorganização produtiva, como o desenvolvimento endógeno junto com o desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, cabe analisar a partir da década de 1990, a deterioração do discurso desenvolvimentista⁵, gerando um novo discurso “neoliberal” voltado ao desenvolvimento

⁴ Este modelo liberal foi chamado de revolução industrial por que as principais medidas liberais afetavam principalmente as indústrias e os setores mais modernos da economia onde tinham grandes participações do governo.

⁵ Como exemplo para região Centro-Oeste é a extinção da SUDECO.

sustentável pautado na globalização e no mercado como unidade reguladora. Este período pode ser notado, a partir das aberturas comerciais e financeiras propostas por Collor, em que o capital internacional se instala no Brasil em busca de novos recursos.

Conforme Araújo (2000), este período acirrou a privatização e a competitividade, devido às políticas liberais privilegiando os espaços econômicos mais competitivos e secundarizando as regiões menos competitivas.

A proposta de planejamento a partir da década de 1990, trás como princípio fundamental o desenvolvimento sustentável, preocupação esta que ocorre com mais vigor a partir da década de 80, com a necessidade de criar novos instrumentos com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento regional voltado à temática do meio ambiente, devido principalmente a movimentos de ambientalistas.

Surge um novo modelo de instrumentos de avaliação, trazendo os impactos sociais, tecnológicos e ambientais, que recebe destaque a partir da década de 90. Contudo, o desenvolvimento sustentável estava ligado ao capital externo, com fortes pressões ambientalistas que repercutiam de certa forma no Brasil.

As políticas de planejamento, dotadas num primeiro momento pelo planejamento tradicional, vem cedendo lugar à gestão do desenvolvimento, seguindo que a gestão do desenvolvimento trás novas perspectivas de um planejamento mais descentralizado com o objetivo de não atingir somente o Estado central e Grandes empresas, mas sim pequenas e médias empresas, agentes sociais, locais entre outros.

Todavia, a teoria do desenvolvimento do endógeno, tenta contribuir com as problemáticas das desigualdades regionais, o qual se concentrou em entender os diferentes níveis de crescimento que variava de regiões e nações. Mesmo sabendo que os fatores produtivos variam em determinadas regiões, como capital financeiro, mão-de-obra ou tecnologia, essa nova teoria buscava solucionar entre estes fatores, quais eram encontrados facilmente dentro de uma região.

Assim, pode-se entender que o desenvolvimento endógeno busca identificar que fatores de produção são decisivos para cada região, determinando-os dentro de cada região e não fora como era entendido nas décadas passadas.

O desenvolvimento tem como finalidade melhorar determinadas regiões ou mesmo certas cadeias produtivas, apresentando de certa forma maior contribuições para a problemática das desigualdades regionais e melhores instrumentos de políticas públicas ou privadas, para melhoria dessa região ou setor.

Podemos inferir, com Guimarães (1994) que a grande preocupação de seus estudiosos está voltada às gerações futuras e a necessidade de políticas que preconizem um desenvolvimento harmonioso e, prioritariamente, sustentável nos períodos posteriores.

Barquero (1988), comenta os impactos sociais que o desenvolvimento endógeno causa na região onde esta sendo ou foi implantado:

Normalmente a forte identidade da cultura local tende a assimilar as novas realidades produtivas e os novos esquemas de relações sociais, e os novos valores encontram um eco favorável nas zonas de desenvolvimento local. Desta feita, tendem a integrar-se com um mínimo de custos sociais e culturais, já que são respostas viáveis aos problemas locais. As atividades industriais se integram na vida social e cultural local, incorporando novos valores que desenvolvem e potenciam os antigos, sem criar certo conflito e contradições no processo de adaptação (BARQUERO, 1988, p. 90).

Nesse sentido, verifica-se que o desenvolvimento endógeno busca de certa forma que uma determinada região tenha um desenvolvimento sustentável através de seus conhecimentos

e de sua cultura. Isto está de acordo com os postulados da teoria do crescimento econômico, que visa o aumento da produção através do capital humano, e do transbordamento do conhecimento, que no desenvolvimento endógeno regional é tratado como a cultura de produção, e que esta pode ser aprimorada sem grandes impactos comportamentais.

Segundo Amaral Filho (1996), o desenvolvimento endógeno busca políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas, visando o desenvolvimento local e assim criando condições sócio-econômicas para geração de novas atividades produtivas, já numa perspectiva de uma economia aberta. Buscando reduzir o efeito-integração, onde este possibilita o consumidor escolher entre produtos domésticos ou importados.

Nesse sentido, o desenvolvimento endógeno busca a solução dos principais gargalos do setor através de medidas coletivas na mudança de estruturas e na mudança na dinâmica de produção, porém, não busca questões aprofundadas sobre os aspectos sociais, na questão agrária brasileira.

Outro tema bastante discutido na economia é as economias de aglomeração, este é tradicional no desenvolvimento econômico e vem ganhando destaque por sua aplicação nas cadeias produtivas, e a priorização do capital humano e os incentivos a produção de tecnologias, que buscam produzir ao mais baixo custo possível. Porém este é o dilema encontrado para os produtores capitalistas, pois o investimento em tecnologia tem altos custos e o investimento em capital humano tem resultados de meio a longo prazo.

Ao investir somente em capital humano, tem-se o problema de apenas estar preparando mão-de-obra para o outro mercado, pois devido à expropriação da mesma, trabalhadores procurariam outros setores de salários mais elevados. Se o investimento for somente a tecnologia também não solucionaria o problema do setor de cadeias produtivas, pois, dependendo do local, não teriam mão-de-obra qualificada, fazendo com que atraia mão-de-obra especializada para a região extraindo ainda mais a oportunidade de ingressos da população local.

Filho e Carvalho (2001) explicam este fato com a teoria dos jogos⁶, quando as empresas estão a fim de cooperar para o crescimento da região, elas geram um investimento conjunto para determinadas particularidades e deficiências desta cadeia, uma espécie de economia de escopo o qual, ao invés de serem parques industriais serão cadeias, setores entre outros.

Nesse sentido, abordam-se as principais questões que possam contribuir para sobre a questão agrária do Mato Grosso do Sul. Demonstrando as teorias do crescimento endógeno e o desenvolvimento regional endógeno, para uma análise sobre o tema pertinente.

Assim, entendemos que a reprodução capitalista do espaço, e dado o sistema econômico atual, tem-se, que o capitalismo é essencialmente um processo de acumulação de capital, e que não existe capitalismo sem relações econômicas internacionais, e que as condições da produção capitalista e suas crises levam a uma concentração e centralização do capital. A expansão da produção capitalista também exige sua centralização, isto é, a absorção dos pequenos capitalistas pelos grandes e sua privação do capital⁷.

O aumento da produtividade do trabalho é um dos elementos intrínsecos no modo de produção capitalista, pois exige maiores quantidades de capital, aumentando assim a acumulação e a produção em larga escala, ou seja, o capital se reproduz, tanto financeiramente como espacialmente. No caso do campo, esta reprodução seria espacial, via expansão de

⁶ Ver VARIAN (2000)

⁷ Ver Marx (1970)

agroindústrias, já no urbano, seria através da expansão de novas empresas, em ambas as situações pode-se observar atuação de capitais tanto nacionais como transnacionais⁸.

Harvey (2005), definirá que as mudanças nas condições de transportes e comunicações entram como variáveis determinantes cruciais para se a expansão capitalista no espaço. Pois o poder monopolista do capital local que era onipresente em todos os setores, de energia a suprimentos de alimentos, na medida em que as barreiras espaciais diminuem por meio do pendor capitalista para a “anulação do espaço pelo tempo”, novos produtores ocupam esse espaço.

Dessa forma, os produtores locais procuram novos mercados à medida em que perdem suas proteções locais e seus privilégios monopolistas, surgindo então, novos aspectos de concorrência com empresas não locais - com empresas situadas em locais cada vez mais distantes - como supracitado, as empresas transnacionais é um exemplo desse modelo. (HARVEY, 2005)

Sobre a produção e a organização espacial, a circulação do capital tem sua primeira barreira que seria o espaço, ou seja, a teoria espacial no contexto do capitalismo consiste em elaborar representações dinâmicas de como essa contradição se manifesta por meio das transformações histórico-geográficas. As relações espaciais estão desse modo, sujeitas à transformação contínua.

Outras formas, como mudanças tecnológicas podem alcançar o mesmo objetivo, mas por via diferente. Pois há muitos exemplos contemporâneos de mudança, que liberam a produção de dependência em relação a habilidades localizadas de mão-de-obra, matérias-primas, produtos intermediários, fontes de energia etc. Neste caso, Harvey (2005, p. 146) define que: “A fábrica é um ponto de reunião, enquanto a forma industrial de urbanização pode ser vista como a resposta capitalista específica da necessidade de minimizar o custo e o tempo de movimento sobre condições de conexão interindústrias”.

Portanto, a necessidade do capital se mover, promove o domínio do espaço, o que implica na produção do espaço, em outras palavras, o capital se produz e também (re) produz.

3. ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO NO MATO GROSSO DO SUL

As políticas de planejamento, dotadas num primeiro momento pelo planejamento tradicional – mais voltado ao desenvolvimento exógeno -, vem cedendo lugar à gestão do desenvolvimento, seguindo que a gestão do desenvolvimento trás novas perspectivas de um planejamento mais descentralizado com o objetivo de não atingir somente o Estado central e Grandes empresas, mas sim pequenas e médias empresas, agentes sociais, locais entre outros.

Essa nova gestão de desenvolvimento pode ser observada nos textos de DANTAS e SOUZA (2003) e CABRAL (2004), os quais demonstram maior intervenção e preocupação do novo governo para o estado de Mato Grosso do Sul junto à população sobre o desenvolvimento regional.

Nas políticas de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o programa “Avança Brasil” pode ser entendido como um processo de que o Estado deve ir onde o mercado não pode chegar, fazendo com que o Centro-Oeste seja planejado por eixos de desenvolvimento. Assim, o PPA do governo de FHC, tinha como objetivo reduzir o chamado “custo Brasil” articulando novos

⁸ A expressão “empresa transnacional” tem tido uso mais corrente que empresa multinacional desde os anos 70 do século passado. Esta distinção surgiu em decorrência do debate sobre a criação de empresas multinacionais no âmbito de esquemas regionais de integração econômica envolvendo países considerados politicamente em desenvolvimento. Assim, Multinacional estaria reservada a empresas criadas nos países em desenvolvimento com atuação regional, enquanto a Transnacional, estaria referenciada às grandes empresas originárias dos países desenvolvidos com atuação global (mundial). KUPFER (2002)

eixos de infra-estrutura com o objetivo de ligar o Centro – Oeste aos portos para exportação com um custo mais baixo.

Cabe destacar, os investimentos na matriz energética brasileira (Gasoduto Bolívia-Brasil), com o objetivo de atender o setor industrial, para um desenvolvimento econômico voltado a concentração do capital.

Já na gestão do governador de “esquerda” do estado, houve mudanças nos planejamento estaduais se comparados com o federal, pois, no estado tinha-se um planejamento pautado na necessidade da participação da população, e voltada ao aspecto social, ou seja, a nível estadual tinha-se um governo mais intervencionista nas políticas públicas, quanto a nível federal, tinha-se um discurso menos intervencionista voltado ao mercado como órgão regulador.

A coerência da gestão de um novo governo “popular” em Mato Grosso do Sul, trouxe significativas mudanças nos setores sociais, porém de acordo com os programas de planejamento de governo, tem-se a mesma lógica do estado de atrair e acumular capital.

Durante toda a década de 1990, o tema mais fundamentado pelas obras, é o desenvolvimento sustentável. Que pode ser pensado, no sentido ideológico, como uma necessidade de preservar o meio ambiente para gerações futuras, porém, o que se têm, é a necessidade de manter o processo de acumulação e produção do capital.

Mantendo certo cuidado com o limite da fundamentação do texto, cabe abordar por último, a integração nacional e sul-americana, compreendendo novos e velhos paradigmas de desenvolvimento, mercado e integração. Assim, no texto de Haesbert (2004), destaca-se a desterritorialização do território, no sentido de que indústrias buscarão novos territórios, ou seja, irão se expandir num primeiro momento, porém, estas, não saem no território onde estão instaladas, e sim se multiplicam, ocorrendo dessa forma a multiterritorialidade e a regionalização.

Surge nesse contexto, novos modelos de desenvolvimento, voltados para o aspecto social, em que o Estado deve intervir para melhorar este aspecto e conseqüentemente outros. E que cooperativas baseadas em economias solidárias podem ser um novo modelo que ajuste ao atual sistema econômico.

Na América Latina, observa-se que a esquerda se fortaleceu com novos poderes, mais preocupados com a intervenção governamental no sentido de melhorar os aspectos sociais. Para tanto, entende-se que o objetivo é romper com o neoliberalismo para buscar novos modelos de desenvolvimento. Nesse sentido, os Estados Unidos considerado como única força hegemônica a partir da queda da URSS, ou seja, o antigo “Campo Socialista”.

Sader (2006) destaca uma hegemonia alternativa, no sentido de uma globalização mais solidária, com a preocupação de fluxos do capital especulativo, dívidas públicas, rejeição de patentes e democratização dos setores de comunicação.

Assim, ao pensar em novos modelos de desenvolvimento voltados aos aspectos sociais, a partir da base do sistema econômico atual, pode-se induzir a um mesmo modelo de desenvolvimento, ou seja, a um mesmo modelo voltado a acumulação de capital.

Nesse contexto, a Economia Solidária têm por objetivo se inserir nesse sistema econômico, com a intuição de formarem cooperativas e ajudar setores sociais em que o Estado não atua. Na economia solidária, se recria a idéia de economia, como base da relação homem x meio, onde a troca seria o alicerce que justificaria e forneceria melhor qualidade de vida. Nesse sentido, o consumo seria fruto de necessidades pessoais reais e não fruto de consumo por consumo, como realidade de uma cultura de mercado.

Portanto, novos modelos de desenvolvimento, buscam “quebrar” o poder hegemônico, no sentido de buscarem novas vias de desenvolvimento voltado aos aspectos sociais, porém a racionalidade desses novos modelos é de se inserir ao sistema atual, abrangendo dessa forma, que estes novos modelos não quebram esta hegemonia, apenas se adaptam a elas, já que, se

pensarmos em um novo modelo, seria um modelo alternativo não inserido no sistema econômico predominante.

4. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO MATO GROSSO DO SUL

Com o Programa Nacional do Álcool – PROÁLCOOL⁹, o qual visava incrementar a produção de álcool em todo Brasil, passando nos anos 80 por uma fase ascendente e, incentivando novas destilarias. Contudo, em 1979 existiam apenas duas destilarias. Já em 1983 eram oito em pleno funcionamento e duas em fase de montagem. Ainda no trabalho de ROSSINI (2003), argumenta que:

Apesar do processo de crescimento populacional e urbanização, a maior dificuldade encontrada pelas destilarias foi o componente mão-de-obra. A utilização de um contingente significativo de força de trabalho sazonal – devido à baixa utilização de maquinarias para colheita da cana – não foi fácil de ser dimensionada num Estado onde cresce o número de micro-indústrias, houve então um incentivo a imigração de bóias frias e de trabalhadores semi-qualificados. (Rossini, p. 14 2003).

O lançamento do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) permitiu que no Mato Grosso do Sul se verificasse um aumento das usinas de produção de álcool, o que fez o governo incentivar a imigração de bóias frias para a região. Já a instalação dos frigoríficos por volta de 1982, 1986 não teve problemas com mão-de-obra, pois já implantada com uma alta relação capital/trabalho (OLIVEIRA, 2003). Este processo pode ser descrito assim: para “... as indústrias que transformam grandes quantidades de produtos primários, a tendência foi para localizá-las perto das fontes de matérias-primas, o que permitia minimizar os custos de transportes e maximizar a vantagem de escalas de produção” (FURTADO, 2000, p.328).

Num contexto histórico, verificam-se empresas ligadas ao processamento de grãos para a fabricação de óleo que, visando atender a esta demanda, vários produtores integraram-se ao sistema, neste caso, da monocultura da soja. Nesta perspectiva, observa-se o processo acelerado de instalações de agroindústrias canavieiras que podem ocasionar o mesmo processo que ocorreu com a soja, pois, visando a atender estas novas agroindústrias, percebe-se que as transformações na estrutura produtiva tendem a ocorrer na região.

Pode-se dizer que as grandes propriedades estão mais voltadas às atividades extrativas (vegetal e/ou florestal) e à pecuária bovina, sendo bastante reduzida a sua contribuição na produção de alimentos e da maior parte das matérias-primas, com exceção da cana-de-açúcar. Pois, esta tende a ser uma cultura típica de grandes unidades, tanto em termos de área como de renda bruta, em praticamente todos os Estados onde é cultivada. Pode-se dizer que na pecuária, na cultura de cana e no reflorestamento, é que podem ser encontrados grandes empreendimentos agrícolas (SILVA, 1981).

Nas circunstâncias de reestruturação produtiva, na reorganização do papel das forças produtivas e na recomposição do ciclo de reprodução do capital, a agricultura canavieira atravessou por diferentes diferenciações no campo produtivo, marcado pela presença de empresas com elevada rentabilidade agroindustrial e por investimentos de capital na área técnico-científica cada vez maior, como contratação de mão-de-obra qualificada, crescimento da mecanização, informatização do setor de produção etc., diminuindo os custos de produção e aumentando a lucratividade, concentrando desta forma a renda da terra, neste setor agroindustrial. (SILVA, A. 2004).

Embora a utilização de combustíveis líquidos tenha se iniciado na década de 30 do século passado, foi em 1975, com o Programa Nacional do Álcool – Proálcool – que o Brasil iniciou um programa consistente de substituição de gasolina, como resposta às crises de

⁹ Como primeira fase da indústria de Mato Grosso do Sul, destacam-se dois tipos de indústrias de porte médio: os frigoríficos e as destilarias. Sendo o PROÁLCOOL instituído em 1975. ROSSINI (2003)

petróleo de 1973 a 1979. A produção de álcool combustível atravessou diversas situações após quase trinta e dois anos de implantação do Proálcool. Nos primeiros dez anos, vivenciou-se um total sucesso, com a produção de álcool etílico saltando de 611 mil m³, na safra 1975/76, para 11,8 milhões m³ na safra 1985/86. Na primeira safra, o álcool anidro representava 79% do total da produção de etanol, invertendo-se, após dez anos, o percentual para o álcool hidratado, 77,3%, graças à rápida penetração dos carros movidos 100% a álcool (hidratado) a partir do início dos anos 80. (SCANDIFFIO & FURTADO, 2006).

No final da década de 1980, o governo passou por crises de governança e de confiabilidade do setor sucroalcooleiro, admitindo um progressivo declínio do Programa, que gerou desabastecimento do vasto mercado nacional que havia se criado. Entretanto, este declínio não significou a estagnação da agroindústria da cana-de-açúcar, pois continuou expandindo-se por conta das exportações de açúcar, como argumenta Rodrigues & Ortiz (2006), concluindo:

O financiamento público ao programa escasseou a partir de 1987 enquanto o mercado internacional de açúcar teve preços em ascensão. Estes fatores por um lado desestimularam a expansão e a renovação dos canaviais e, por outro, levaram os produtores a desviar a matéria-prima da produção de etanol para a de açúcar, visando principalmente a exportação. Como resultado ocorreu um forte desabastecimento do biocombustível no final de 1989, e grandes filas nos postos de todas as cidades brasileiras. Ironicamente, chegou-se a importar metanol de origem fóssil e a adicionar 5% de gasolina no álcool carburante para ajudar a abastecer a frota de veículos. (RODRIGUES & ORTIZ, 2006, p. 06).

Em uma perspectiva estrutural, a dinâmica produtiva setorial que este ramo produtivo apresentou durante a década de 1990, é marcada pela extinção do Proálcool e também do IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool), junto com a adoção de políticas neoliberais e o aumento da capacidade e competitividade produtiva e tecnológica do setor, sustentada por políticas de desregulamentação e reestruturação produtiva, promotora de uma nova fase de fusões e aquisições no interior da agroindústria canavieira nacional (SILVA & SUZUKI, 2005).

Em 2003, novas perspectivas surgiram para o uso de álcool hidratado, com a introdução de uma nova tecnologia para a frota de veículos leves, os carros *flex fuel*, capazes de aceitar qualquer grau de mistura de etanol ou de gasolina. Com a introdução dessa nova tecnologia, é de se esperar que a demanda de álcool hidratado no mercado interno continue aumentando, não colocando em risco a infra-estrutura de distribuição do país, que conta hoje com cerca de 30 mil postos de abastecimento do combustível renovável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O investimento em agricultura no país ocorre de forma mais acentuada nos incentivos a produção, e não busca manter o nível de renda da população regional, que é o principal aspecto que deve ser melhorado e enfrentado como uma importante necessidade pelos governos federais, estaduais e municipais.

Portanto, a combinação do avanço tecnológico, e o desenvolvimento de uma região, fazem com que o camponês e o pequeno agricultor acabam perdendo seu espaço, e arrendando sua terra para grandes proprietários, ocorrendo que, ele acaba se assalariando e trabalhando na terra que ele não é mais dono dos meios de produção.

Assim pode-se verificar a importância do Estado para o desenvolvimento regional endógeno, pois se a iniciativa privada trouxe para a região os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, o Estado teria que garantir não só o crescimento, mas também o desenvolvimento do setor, como o investimento em capital humano. Ou seja, qualificação da

população regional onde foi realizado investimentos pelo setor privado, garantindo assim um desenvolvimento mais sustentado.

Assim, o que se pode observar é que o desenvolvimento econômico continua sendo uma racionalidade direcionada para construção de modelos de desenvolvimento sobre uma inversão de prioridades, com a inserção social como base dos modelos propostos.

Assim, o papel do Estado seria de intervir nos aspectos sociais com base em programas de investimentos em setores como educação, saúde, saneamento básico, combate a fome, habitação e a cultura, priorizando estes setores como principal instrumento de crescimento e transformação da economia.

Nessa perspectiva, partindo do pressuposto que o mercado não regula os aspectos sociais, a base para um novo modelo, seja do desenvolvimento endógeno ou da economia solidária, por exemplo, deve estar voltada para uma modificação do padrão de intervenção do Estado, em que este, estaria voltado para uma intervenção nos aspectos econômicos e principalmente sociais.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL FILHO, Jair. (1996). **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista**. In: *Planejamento e políticas públicas*. Brasília, IPEA, n. 14. dez.

ARROW, K. (1962). “The Economic Implications of Learning by Doing”. *Review of Economic Studies*, 29, junho.

BARQUERO, Antonio. (1988). *Desarrollo local. Una estrategia de creación de empleo*. Madrid, Ed. Pirámide.

CABRAL, da Silva. **Políticas públicas de transporte rodoviário no MS: O Fundersul e as ações executadas na Unidade Regional de Dourados**. Dissertação de Mestrado. UFMS, 2004.

DANTAS. O. SOUZA, O. A. **Planejamento Regional: A experiência do “Governo Popular” em Mato Grosso do Sul**. 2003.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 24ª edição, Editora Nacional. 1991- São Paulo.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10º edição, Editora Paz e Terra. 2000- São Paulo.

GUIMARÃES, Roberto P. (1994). **El desarrollo sustentable: propuesta alternativa o retórica neoliberal**. In: *Revista EURE*. Santiago de Chile, vol. XX, n.º 61, dez.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (org.) *Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

OLIVEIRA, T. C. M.: **Agroindústria e reprodução do espaço**. Campo Grande- Ed. UFMS, 2003.

RODRIGUES, D. ORTIZ L. **Em direção a sustentabilidade da produção de etanol de cana-de-açúcar no Brasil**. Ed. Amigos da Terra, 2006. Disponível em: <http://www.natbrasil.org.br>.

ROSSINI, R. E. . **Nota, a título de apresentação.** In: **Tito Carlos Machado de Oliveira.** (Org.). **Agro-indústria e Reprodução do Espaço.** 1 ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2003, v. , p. 13-14.

SADER, Emir. **América Latina en Siglo XXI.** In: Boron, A.A. & Lechini, G. Política y movimientos sociales en un mundo hegemónico. Lecciones desde África, Asia y América Latina. 1ª ed., Buenos Aires, Clacso, 2006.

SCANDIFFIO, M. I G & FURTADO, A. T. **Etanol: riqueza nacional adormecida.** **Com Ciência:** Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=23&id=261>

SENAI/DN. **Perfil Competitivo do Mercoeste.** Brasília, 2003.

STEIN NETO, Ataulfo Alves. **A ilegalidade na produção do espaço urbano em Dourados – MS.** Dourados, 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFMS, Campus de Dourados.

SILVA, J. F. G. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro/RJ: Zahar Editora, 1982.

SILVA, A. E. R. da. **A Territorialização da Agroindústria Canavieira: a antiga usina Amália em Santa Rosa de Viterbo /SP.** Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.

SILVA, A. E. R da & SUZUKI, J.C. **Reestruturação produtiva, estrutura fundiária e trabalho: um estudo sobre o processo de modernização da agricultura canavieira e as transformações sociais no município de Santa Rosa de Viterbo - Sp.** III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

SOUCHAUD, S E CARMO, R. **Migração e mobilidade no Mercosul: A fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai,** setembro de 2006.

TAVARES, M. C. **Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil.** In: _____ . **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

GUIMARÃES, E. L & LEME, H, J: **Centro-Oeste: Dinâmica recente e espacialidade em perspectiva.** IN: <http://www.ufu.br>, acessado em 09 de setembro de 2005.

VARIAN, H. R. **Microeconomia:** princípios básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.